

O MST E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO NO E DO CAMPO: PRÁTICAS EDUCATIVAS EM AGROECOLOGIA NO MST/PR

Aparecida do Carmo Lima

Universidade Estadual de Maringá
cidaems@gmail.com

Amélia Kimiko Noma

Universidade Estadual de Maringá
aknoma@uem.br

Resumo: Neste trabalho, analisa-se a luta do Movimento Sem Terra (MST) por políticas públicas de educação no campo e nas áreas de reforma agrária. Trata-se de um estudo de caráter teórico, que se fundamenta em análise de conteúdo de documentos do MST e da legislação educacional brasileira. A análise é articulada com a correlação de forças contraditórias entre capital e trabalho na materialidade do campo brasileiro e na luta dos MSPdoC, que assumem a educação como parte de um projeto político e social mais amplo.

Palavras-chave: movimento sem terra; políticas públicas de educação no campo; formação em agroecologia.

INTRODUÇÃO

Neste trabalho, abordamos elementos constituintes da relação entre o Movimento Sem Terra (MST) e a educação no campo na luta por Políticas Públicas Educacionais no Brasil nas áreas de reforma agrária. Focalizamos práticas educativas em Agroecologia desenvolvidas no âmbito do MST do Estado do Paraná (MST/PR) em parcerias com Instituição Pública de Ensino e por intermédio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera).

Utilizamos o método histórico e dialético para apreender aspectos da totalidade do modo de produção capitalista, a fim de compreender uma determinada realidade em particular. São concebidas as relações sociais e a correlação de forças das classes sociais no campo brasileiro como condição para analisar a singularidade das práticas educativas em Agroecologia do MST/PR e como uma das dimensões estratégicas que se somam na construção de um Projeto Alternativo do Campo e contrário à lógica do capital. Abordamos o objeto em estudo em estreita vinculação com as relações sociais que se configuram na sociedade brasileira no contexto em presença. Entendemos que tal objeto resulta das contradições da produção da vida material dos sujeitos do campo.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é “[...] um movimento social, de massas, autônomo, que procura articular e organizar os trabalhadores rurais e a sociedade para conquistar a Reforma Agrária e um Projeto Popular para o Brasil” (MST, 2001 p. 1), vem trabalhando para a escolarização dos sujeitos Sem Terra e tem organizado processos educativos que aliam a formação política e a educação técnica-profissional. Parte da ação do MST interliga-se com os elementos constituintes da Educação do Campo (EdoC), que

tem vínculo histórico com as lutas por educação em áreas de Reforma Agrária e com a práxis política dos Movimentos Sociais Populares do Campo (MSPdoC) e lutam pela Reforma Agrária. Tais Movimentos incluem o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) e a Via Campesina.

O MST E A EDUCAÇÃO NAS ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA

Na luta pela reforma agrária, pela qual perpassam as contradições e tensões presentes nos marcos da sociedade capitalista, os sujeitos do campo vivenciam a indissociável relação entre trabalho e educação. O princípio ontológico e histórico entre ambos tem se constituído como base da formação dos sujeitos sociais à medida que se tem a socialização dos meios de produção e o usufruto dos conhecimentos historicamente acumulados. Esta questão constitui-se nos limites da luta pela emancipação política, porque parte da conquista dos direitos só se efetiva em confronto com o Estado, o qual, em sua ação de implementação de políticas sociais e públicas, atua sob os condicionantes das relações macroeconômicas e políticas vigentes no modo de produção capitalista. Significa que nem sempre as reivindicações dos trabalhadores são acatadas e efetivadas conforme os anseios dos sujeitos sociais. Ressalte-se que a luta pela emancipação política tem como horizonte forjar processos constitutivos da luta pela emancipação humana.

O percurso da prática social do MST, sobretudo para efetivar políticas públicas de educação desde a sua gênese de formação, inicia-se pela luta no interior dos acampamentos e ocupações e estende-se para os assentamentos conquistados. Nos assentamentos, a luta pela escola integrada à rede pública de ensino amplia a demanda pela garantia da Educação Básica para as áreas de Reforma Agrária. As principais práticas educativas formais são desenvolvidas nas Escolas de Assentamentos e nas Escolas Itinerantes. Estas estão integradas à rede pública de ensino, com manutenção e controle do “Estado – em Ação”, por meio da intervenção do Ministério da Educação, das Secretarias Estaduais de Educação e dos Núcleos Regionais de Educação. Ou seja, integram-se ao Sistema Nacional de Educação, cujo financiamento segue as orientações da Constituição Federal de 1988, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 e do **Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB)**.

As práticas educativas organizadas e existentes no MST englobam uma diversidade que inclui a Educação Básica – Educação Infantil, Educação Fundamental e Ensino Médio –, as Escolas Itinerantes, a Educação de Jovens e Adultos, os Cursos Formais – associados à Educação Profissional, nos níveis fundamental, médio, superior, especializações e pós-graduação – e a Formação dos Educadores e Educadoras do campo.

MST E A EDUCAÇÃO DO CAMPO: A LUTA POR POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL

Historicamente, os povos do campo têm ficado à margem da consolidação de uma

política educacional específica, herança do descaso e da ausência de políticas sociais públicas voltadas aos sujeitos do campo. Logo, a questão educacional no campo brasileiro tem vínculo orgânico com a gênese da formação da sociedade brasileira capitalista, para tanto, “[...] ao longo da primeira metade do século XX, a elite agrária impediu a extensão de direitos básicos de cidadania aos camponeses, incluindo o direito de formar associações e, por meio do requisito de alfabetização, o direito ao voto” (CARTER, 2010, p. 502).

Em pleno século XXI, os trabalhadores do campo lutam por condições materiais e culturais mais dignas, que lhes foram negadas por muitas gerações. Este é um dos fatores de resistência destes sujeitos históricos, que não tem permitido a completa exploração de seu trabalho. Houve, na história do Brasil, Movimentos Sociais de oposição à lógica do capital a partir da metade dos anos de 1980, em particular, os trabalhadores do campo organizados em Movimentos Sociais passam a inserir, novamente, na agenda política brasileira, a luta pela distribuição da terra, da renda e da riqueza material e imaterial.

O MST, no seu processo da luta pela terra e como um dos meios necessários para a realização de um projeto de Reforma Agrária Popular, tem denunciado a ausência de políticas sociais públicas aos sujeitos que produzem a vida no campo brasileiro. Ao mesmo tempo, tem afirmado a necessidade da construção de um projeto de sociedade alternativo ao capital e, mediante sua práxis política organizativa, tem contribuído para a distribuição e a democratização da propriedade privada da terra e do conhecimento.

Compreende-se que as políticas educacionais de abrangência às populações do campo, na década de 1980 e na passagem para os anos de 1990, mantiveram as características e traços da educação rural, associadas à ação do Governo Federal e às reformulações da política agrária e agrícola brasileira. A atenção, por parte do Estado, às populações e às escolas do campo aconteceu de modo mais acentuado no final da década 1980, com a aprovação da Constituição de 1988, que estabeleceu a educação como direito de todos. No Decreto nº 7.354, de 4 de novembro de 2010, entende-se por populações do campo, “[...] os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros [...]” (BRASIL, 2010, p. 1).

Em meados dos anos 1990, a luta por uma política educacional no campo adquiriu uma dimensão maior, os sujeitos do campo pertencentes aos MSPdoC realizaram ações políticas que visavam conquistar condições necessárias para produção e reprodução da existência. A luta por políticas públicas de educação escolar faz parte da construção do projeto educativo do MST e da relação deste com a Educação do Campo. Integra-se à luta de classes na disputa de projeto de campo entre os grupos sociais antagônicos.

A luta por políticas públicas envolve a relação com o Estado, por ser este o desencadeador das políticas educacionais. Envolve, também, a relação com os governos, porque estes se constituem no Estado em ação. No MST, a tensão exercida para com o Estado burguês brasileiro articula-se com o processo das lutas por políticas sociais públicas nas áreas de

Reforma Agrária nos assentamentos e nos acampamentos. No campo educacional, a presença do MST por políticas públicas tem, como importante marco, o I Encontro de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (IENERA), organizado pelo MST, em 1997, com o apoio da Universidade de Brasília (UNB) e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), entre outras entidades.

No ano de 1998, teve continuidade uma articulação entre os sujeitos e coletivos do campo para a construção da Educação do Campo com a organização da I Conferência Nacional *Por uma Educação Básica do Campo*, realizada em Luziânia, Estado de Goiás. Esta atividade foi promovida em parceria entre o MST, a UNB, o UNICEF, a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento da Educação, Ciências e Cultura (UNESCO) e a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Na I Conferência, foi reafirmado que o campo “[...] é espaço de vida e que é legítima a luta por políticas públicas específicas e por um projeto educativo próprio para quem vive nele” (II CONFERÊNCIA..., 2004, p. 3).

Na análise de Caldart (2004), o ano de 1998 representa um marco histórico na definição de um novo jeito de lutar e de pensar a educação com os sujeitos e a população que produzem a vida no campo. Entende-se que tanto o debate quanto a mobilização popular passaram a se direcionar pelo conceito de Educação do Campo e não mais educação rural ou educação para o meio rural. Não se tratava mais de uma educação para o povo do campo e sim de uma educação dos trabalhadores e dos camponeses do e no campo. “No: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive; Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais” (CALDART, 2005, p. 27). Caldart (2008, p. 71) elucida o porquê deste posicionamento :

A Educação do Campo nasceu como mobilização /pressão dos movimentos sociais por uma política educacional para comunidades camponesas, nasceu da combinação das lutas sem-terras pela implementação de escolas públicas nas áreas de reforma agrária com as lutas de resistência de inúmeras organizações e comunidades camponesas para não perder suas escolas, suas experiências de educação, suas comunidades, seu território, sua identidade.

O conceito de Educação do Campo se constituiu não só como crítica e denúncia, mas como contraponto de práticas e construção de alternativas e “[...] desafia o pensamento pedagógico a entender estes processos, econômicos, políticos, culturais como formadores do ser humano e, portanto, constituintes de um projeto de educação emancipatória, onde quer que ela aconteça inclusive na escola” (CALDART, 2008, p. 81).

A eleição de Collor de Mello para a presidência do país demarcou a virada neoliberal no Brasil. Na transição do século XX para o XXI, houve a disseminação de discursos que estabeleciam a vinculação entre educação, desenvolvimento e estabilidade econômica com a política. Evidentemente, entendemos que, para além do que é pregado, o que se fez presente foi uma questão de regulação social, de mecanismos para realizar a gestão do trabalho e dos pobres sob a lógica do capital e do mercado.

Neste contexto de crise generalizada, houve fomento do ideário de que a educação é um dos mais importantes instrumentos para superar a crise e para o combate à pobreza. Oliveira e Duarte (2005) explicam que, no pós 1990, a política social neoliberal representou uma nova regulação da pobreza e dos pobres. Deitos (2007) afirma que as gestões do governo federal de Fernando Henrique Cardoso e de Luiz Inácio Lula da Silva foram sustentadas pela política neoliberal.

Nos marcos da difusão do projeto neoliberal, foi reformulada e aprovada a legislação que estabelece o direito jurídico sobre o reconhecimento da diversidade e abrangência da educação do campo, contemplada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº. 9.394/96. No seu artigo 28, estabelece-se que, ao ofertar a educação básica para a população rural, os sistemas de ensino proverão os ajustamentos necessários à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região no que concerne a:

- I- conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II- organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III- adequação à natureza do trabalho na zona rural (BRASIL, 2003, p. 37).

O direito de todos à educação, estabelecida na Constituição Federal de 1988, norteia a política nacional denominada de inclusiva e que, afirma o legislador, almeja a efetivação da igualdade constitucional. A justificativa oficial é que a promoção da inclusão de grupos notoriamente discriminados, visando superar o processo de exclusão historicamente imposto aos mesmos, deve ser realizada por intermédio de políticas de ações afirmativas e compensatórias. A política educacional do campo volta-se à integração e à inclusão educacional desses sujeitos na rede regular de ensino, alinhando-se à tendência mundial que preconiza a oferta de educação básica para todos.

Esta questão é visível na Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002, a qual institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, expressando que se “[...] deve garantir a universalização do acesso da população do campo à Educação Básica e à Educação Profissional de Nível Técnico” (BRASIL, 2002, p. 42). Mediante esta medida, a ação do poder público para a implantação destas constitui-se por meio da intervenção das Secretarias de Educação Estaduais no que tange às questões sobre a educação básica, a educação escolar do campo e, também, pela instância Federal por meio de programas educacionais.

A instituição das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo é conquista de políticas sociais públicas de Educação do Campo, que se deve às ações políticas “[...] dos sujeitos coletivos do campo na esfera federal, tanto pela forma como se deu sua construção quanto pelo conteúdo [...]” (MUNARIM, 2006, p.18). Na atualidade, têm ficado mais visível as contradições e tensões quando se afirma, dos sujeitos e coletivos do campo, disputar o conteúdo e a forma de Políticas Públicas. Isto significa,

[...] entrar em uma disputa direta e concreta dos interesses de uma classe social no espaço dominado pela outra classe, com todos os riscos (inclusive de cooptação) que implica, mas também com essas possibilidades de alargamento de compreensão da luta de classes e do que ela exige de quem continua acreditando na transformação mais radical da sociedade, na superação do capitalismo (CALDART, 2010, p. 119).

A luta pela educação nas áreas de Reforma Agrária e da EdoC deve ser entendida na contradição da luta de classes e como uma estratégia de luta do conjunto dos MSPdoC, “[...] como direito fundamental, devendo ser garantida pelo Estado. O Estado, tendendo a priorizar a reprodução do capital, deve ser compreendido no campo das contradições da luta de classes. (MOLINA, 2010, p. 40).

A participação e a pressão dos MSPdoC e de outras organizações da Via Campesina Brasil – a Pastoral da Juventude Rural (PJR), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Federação dos Estudantes de Agronomia (Feab), a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag) e a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (Fetraf) – têm ampliado a cobrança sobre o setor público para a concretização do direito à educação escolar pública.

A Educação do Campo, na atualidade, interliga-se com o projeto da agricultura camponesa, que vem enfrentando contradições profundas no momento de crise estrutural do capitalismo. Diante do impasse deste momento político, a EdoC se insere numa “agenda política e pedagógica das lutas e das práticas de Educação do Campo” que abrange:

[...] crise alimentar, crise energética e crise financeira, soberania alimentar, Reforma Agrária (incluindo nela o debate sobre a propriedade social), a agroecologia de perspectiva popular, biodiversidade, direito às sementes e à água como patrimônio dos povos, cooperação agrícola, descriminalização dos Movimentos Sociais, direitos sociais dos camponeses e camponesas, crianças, jovens, adultos, idosos. [...] uma agenda e de uma disputa que vão além do campo das Políticas Públicas [...] (CALDART, 2010, p. 124).

Para o MST, o sentido de uma prática educativa no processo de formação humana está associado à concepção de educação no sentido amplo; além da ocupação da escola, deve-se ter uma intencionalidade política que contribua para a superação da alienação e para o processo de humanização do ser social. Essas práticas incluem: as lutas sociais, os cursos informais, os encontros, as atividades intersetoriais, os centros/escolas de formação, as marchas, as romarias, a feira da comunhão e partilha e as manifestações/protestos.

A proposta educacional do MST se fundamenta em cinco princípios filosóficos, os quais estabelecem uma educação: 1) para a transformação social; 2) para o trabalho e a cooperação; 3) voltada para as várias dimensões da pessoa humana; 4) com/para valores humanistas e socialistas; 5) como um processo permanente de formação/transformação humana. Tais princípios são os fundamentos na elaboração dos objetivos estratégicos do trabalho educativo para o MST (MST, 1996). Nos processos formativos das práticas educativas realizadas pelo Movimento, a intencionalidade e sua concretização, em parte, são articuladas com uma metodologia de trabalho em consonância com tais princípios.

PRÁTICAS EDUCATIVAS EM AGROECOLOGIA NO MST/PR

O Movimento Sem Terra, na atualidade, tece reflexões críticas sobre a necessidade de provocar alterações radicais no modo de produção capitalista e, ainda, tem se colocado na condição de sujeito político protagonista, empenhado na tarefa histórica de luta permanente pela transformação social. Numa tarefa tática e imediata, vem construindo processos formativos em Agroecologia e processos de produção agroecológicos em transição, ambos mediados pelos anseios da construção de novas relações sociais a partir dos espaços/territórios locais, regionais e outros com abrangência maior. A base social que compõe o MST – as famílias assentadas e acampadas – articula-se para reorganizar os espaços/territórios conquistados com o objetivo de estruturar as relações de trabalho sob as novas perspectivas, em consonância com os meios de produção, e garantir a produção material necessária para a existência destes sujeitos sociais.

A luta política organizada pelos sujeitos coletivos do campo possibilitou uma articulação dos povos do campo na construção de um Projeto Popular para o Campo. Os movimentos da Via Campesina, no início do século XXI, têm incorporado também uma dimensão ambiental a este modelo e encontram “[...] na agroecologia os aportes científicos e metodológicos capazes de orientar as transformações necessárias à reconstrução ecológica da agricultura, ao avanço da soberania alimentar e da autonomia camponesa” (TARDIN et al., 2009, p. 7).

Nesse contexto, têm-se ampliado reflexões/estudo da Agroecologia e a organização de inúmeras experiências de produção em transição para processos agroecológicos. Para os Movimentos Sociais Populares do Campo, a Agroecologia situa-se, em uma abordagem teórica metodológica e como parte da construção de processos organizativos e de produção contrários à lógica da agricultura capitalista, aspectos interligados em duas dimensões: a de resistência e a de superação. De acordo com Toná (2006), a Agroecologia situada no campo da resistência à lógica de reprodução do capital pode contribuir para promover:

[...] um embate direto com o latifúndio, porque agroecologia não consegue ser desenvolvida pelas grandes propriedades capitalistas, e também o embate com o agronegócio, no momento que valoriza o resgate das sementes crioulas em oposição às sementes transgênicas, faz o embate contra a dependência e dominação das empresas transnacionais e a lógica de mercado; melhor aproveitamento possível dos recursos que temos à nossa disposição e sob o controle dos agricultores e agricultoras nos assentamentos (TONÁ, 2006, p. 71).

Em relação à segunda dimensão, a de *superação* da situação atual, a Agroecologia articula-se com a capacidade de desenvolver processos que promovem “[...] resistência à tendência da agricultura capitalista de empobrecimento e expulsão da agricultura camponesa, ela já é uma construção de um novo modelo para o campo, centrado na valorização do ser humano e todas as formas de vida” (TONÁ, 2006, p. 71).

O MST se contrapõe ao modelo de organização da produção capitalista no campo, que explora o trabalho e os bens da natureza, por inúmeras questões:

Por isso somos contra as ações de homogeneização e padronização da agricultura representada pelo uso de agrotóxicos, transgênicos e monocultura (como a do eucalipto, soja, cana entre outros) que visam unicamente o lucro em detrimento da qualidade de vida e produção de alimentos saudáveis para todos. Lutamos por uma agricultura de base camponesa e ecológica, saudável, diversificada e que proteja a diversidade biológica e cultural. Defendemos e lutamos pela Soberania Alimentar dos povos do mundo (MST, [2004?], [s.n]).

Esta nova abordagem pressupõe uma nova sociedade em que as relações sejam coletivizadas entre os sujeitos, os quais possam transformar a natureza e a si mesmos e sem comprometer as novas gerações. No contexto da luta política entre os trabalhadores e as classes dominantes no campo brasileiro, tem-se assumido que esta matriz produtivo-tecnológica poderá proporcionar uma relativa independência dos trabalhadores em relação ao grande capital.

Na perspectiva da Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná – ET-UFPR (2007), a construção da proposta da Agroecologia representa um marco na sua trajetória devido a articulação de práticas educativas que pressupõem rupturas com modos de pensar e de se comportar de pesquisadores, professores, alunos, técnicos e agricultores. Ou seja,

[...] é uma proposta de se fazer agricultura que propicie a articulação entre a elaboração e a objetivação de proposições que visem reorientar tendências e minimizar efeitos de privilégio no controle de recursos econômicos. [...] Então, é neste quadro conflituoso que a Universidade se propõe a defender um novo jeito de fazer agricultura, na qual a agroecologia é estratégica neste processo de rupturas. [...] a agroecologia deve ser entendida como ciência ou disciplina que apresenta uma série de princípios, conceitos, metodologias, para estudar, analisar, avaliar e desenhar os agroecossistemas com o propósito de permitir a implantação de estilos de agricultura e de desenvolvimento rural com maior nível de sustentabilidade no curto, médio e longo prazo (ESCOLA TÉCNICA..., 2007, p. 6-7).

No processo de luta pela Terra e pela Reforma Agrária, até 2006, o MST/PR conquistou 311 áreas de assentamentos, com a média de 30 mil famílias assentadas. Conta com 65 acampamentos organizados pelo MST, com uma média de 7.560 famílias (MST/PR, 2006, p. 37). O MST-PR contribuiu e participou na “[...] construção de 93 escolas, com educação infantil, ensino fundamental e médio, onde estudam 11.300 pessoas. São 62 escolas municipais, com 4.500 educandos; 20 colégios estaduais, com 4.300 educandos; e 11 escolas itinerantes, com 2.500 educandos” (BRASIL DE FATO, 2006, p. 2).

A partir de 2002, o MST/PR tem lutado pela conquista e posterior organização dos seguintes cursos formais: Técnico em Agroecologia na modalidade de Pós-Médio, Ensino Médio Integrado, Tecnólogo em Agroecologia (graduação), Técnico em Agroecologia com Ênfase em Sistemas Agroflorestais, Curso Técnico em Habilitação para a Produção de Leite e o Curso Técnico em Agroecologia Integrado ao Ensino Médio (Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos – PROEJA).

A formação em Agroecologia é desenvolvida nos seguintes centros/escolas de formação do MST/PR: a) a Escola Iraci Salete Strozak, (em Cantagalo) e a Escola Ireneo Alves dos Santos

(em Rio Bonito do Iguaçu), ambas pertencentes ao Centro de Desenvolvimento Sustentável Agropecuário de Educação e Capacitação em Agroecologia e Meio Ambiente (CEAGRO); b) a Escola José Gomes da Silva, em São Miguel do Iguaçu-PR, pertencente ao Instituto Técnico de Educação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITEPA); c) a Escola Milton Santos (E. M. S), situada no município de Maringá; d) a Escola Latino Americana de Agroecologia (ELAA), em construção no assentamento Contestado, localizado no município da Lapa; e) a Casa Familiar Rural Padre Sasaki, no município de São Jerônimo da Serra. Essa formação é articulada por princípios comuns na organização do trabalho pedagógico, que evidencia uma contraposição à educação para a conformação e defende uma educação visando à Emancipação Humana (LIMA, 2008).

Os cursos formais são realizados em parceria com instituições públicas, são certificados pelo Instituto Federal do Paraná (IFPR) – que contribui de modo relevante na construção dos mesmos – e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) com recursos financeiros do PRONERA.

No período entre 2003 e 2009, as Práticas Educativas em Agroecologia, realizadas pelo MST/PR em conjunto com Movimentos Sociais do Campo vinculados à Via Campesina, em parceria com a Escola Técnica (ET-UFPR) – atualmente IFPR –, contribuíram para a conclusão de três turmas do Curso Técnico em Agropecuária com ênfase em Agroecologia, formando 90 militantes técnicos em Agroecologia, no CEAGRO e na Escola Milton Santos. Concluíram cinco turmas do Curso Técnico em Agroecologia Ensino Médio Integrado, formaram-se 144 militantes técnicos habilitados para intervir na organização e construção de práticas agroecológicas nas áreas de reforma agrária e comunidades do campo (INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ, 2009).

Em maio de 2009, formou-se a primeira turma de Tecnólogos em Agroecologia com 23 militantes técnicos pedagogos em Agroecologia (INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ, 2009). No ano de 2006, iniciou-se a segunda turma constituída de educandos de 18 Estados do Brasil e do Paraguai, na qual se formaram 53 militantes técnicos pedagogos em Agroecologia, concluída em abril de 2010. A terceira turma iniciou-se em abril de 2010 – com conclusão prevista para 2013 – é composta por 65 educandos e educandas de países da América Latina.

A conquista de políticas públicas para a educação em geral e a Agroecologia deve-se às lutas e pautas reivindicadas pelo MST e pela Via Campesina. Neste contexto, entende-se que o PRONERA é uma conquista, mas há agravantes pelo “[...] fato de que o programa se restringe à demanda de educandos oriundos da política de reforma agrária, não alcançando, portanto, o conjunto da população de camponeses”. A forma como o Estado gestiona o PRONERA tem resultado na “[...] evasão de educandos e educandas, que na ELAA [Escola Latino Americana de Agroecologia] se traduziu em 50% do total de ingressos no curso” (TARDIN et al., 2009, p. 10).

A Coordenação Pedagógica da Escola Milton Santos avaliou as dificuldades em relação ao PRONERA e apontou que a alta taxa de desistência dos educandos tem sido gerada pela desmotivação nas turmas. “Muitos estudantes não continuam o curso devido às dificuldades

financeiras em que se encontram as famílias. É um reflexo da falta de políticas adequadas para a agricultura camponesa” (ESCOLA MILTON SANTOS, 2007, p. 1). Foi observado “[...] um descompasso entre a realidade da Escola e dos cursos, que é extremamente dinâmica, e a burocracia um tanto engessada do projeto PRONERA, o que tem trazido dificuldades no atendimento às demandas concretas” (ESCOLA MILTON SANTOS, 2007, p. 2). A realização das práticas educativas em Agroecologia no MST/PR depende em parte do financiamento do PRONERA, recurso estatal proveniente do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e administrado pelo INCRA em convênio com uma fundação da Universidade Federal do Paraná (UFPR). O valor/aluno por ano orçado pelo PRONERA foi de R\$ 3.000,00, sendo este recurso destinado para despesas com a alimentação, hospedagem, deslocamento, material didático de consumo. No conjunto do MST, tem se avaliado que o valor aluno orçado pelo PRONERA é mínimo e insuficiente ao se considerar a situação de outros estudantes das Universidades Federais e outros.

De acordo com Santos (2008), no Balanço Político e Linhas de Ação do PRONERA rumo aos dez anos, apresentam-se os seguintes dados:

De 1998 a 2002, foi responsável pela escolarização e formação de 122.915 trabalhadores (as) assentados (as). De 2003 a 2006, promoveu acesso à escolarização e formação para 247.249 jovens e adultos assentados e capacitou 1.016 profissionais egressos dos cursos de ciência agrárias para atuarem na assistência técnica, social e ambiental junto aos assentamentos de reforma agrária e agricultura familiar, Atualmente, mais de 60 mil jovens e adultos das áreas de reforma agrária participam dos cursos do PRONERA nos diversos níveis, sendo: Educação de Jovens e Adultos: 28.574 trabalhadores/as em 23 projetos/convênios; entre nível médio técnico, são 2.874 trabalhadores/as em 65 projetos/convênios; e no nível superior, são 5.194 trabalhadores/as em 36 projetos/convênios, envolvendo parceria com mais de 30 universidades públicas, além de Cefets, escolas família-agrícola, institutos de educação e secretarias estaduais e municipais de educação. (SANTOS, 2008, p. 97-98).

No percurso dos 26 anos de existência do MST, têm-se concretizado diversas práticas educativas em parceria e convênios com Instituições de Ensino Públicas e outras organizações sociais. Quanto às práticas educativas efetivadas através do PRONERA, as primeiras ações foram os cursos de alfabetização, depois se avançou para a escolarização, ampliando-se para os cursos profissionalizantes e cursos superiores e diversas áreas do conhecimento, tais como: Pedagogia da Terra, Agronomia, Direito, Licenciatura em História, em Ciências Agrárias, Geografia e Artes (MOLINA, 2008, p. 20). E também os Cursos de Extensão e de Especializações (em Educação do Campo, Administração de Cooperativas, Educação de Jovens e Adultos).

O posicionamento de Caldart (2010, p. 117) é que a Educação do Campo “[...] ‘vingou’, existe, entrou na agenda de governos, universidades, Movimentos Sociais, virou questão, embora não tenha se tornado Política Pública e, menos ainda, política de Estado”. O MST reconhece a luta política realizada no percurso de dez anos do PRONERA e pela Educação do Campo. Avalia que houve a expansão da educação do Campo nos espaços públicos, foi assumida parcialmente pelo MEC, “[...] mas ao mesmo tempo, vai se distanciando de nossa concepção e práticas originais” (MST, 2009, p. 1).

Na compreensão do MST, “a política pública é o espaço da ação do Estado”, mas há que ter o cuidado para que, no decorrer da sua efetivação, não sejam alterados o conteúdo e a forma de políticas públicas que atendem aos sujeitos do Campo. Mas, ao mesmo tempo que o Estado vem assumindo a Educação do Campo, percebe-se certo esvaziamento nos debates e espaços de interlocução. “Nós pedimos para o Estado agarrar a Educação do Campo, agora que o fez, sai do nosso controle e lutamos para não descaracterizar” (MST, 2009, p. 2). De acordo com fontes documentais do MST (2010), o Movimento tem se colocado na defesa do PRONERA, exigindo do Governo Federal o seu desenho original e sua permanência no INCRA, com participação ativa dos MSPdoC, das Instituições de Educação e do INCRA, e reafirmando a necessidade em consolidar o PRONERA como política pública.

As práticas educativas em Agroecologia do MST/PR são organizadas visando contribuir na formação de estudantes articulados à perspectiva da atuação do militante-técnico. Atende à necessidade de contribuir na organização dos assentamentos de reforma agrária e de outros espaços formativos nas comunidades do campo, de construir uma práxis política organizativa que contribua para o processo da formação da consciência de classe, na luta por novas relações sociais.

Araújo (2007) defende que os fundamentos assumidos pelas práticas educativas devem possibilitar que os sujeitos que vivenciam o processo educativo possam fazer a leitura da realidade. Ou seja, devem desnaturalizar as relações sociais e “[...] não se sujeitar à manutenção da sociedade de classe, mas compreendê-la e construir instrumentos para transformá-la” (MÉSZÁROS, 2005, p. 52). Logo, em relações de contradição, a tensão é a característica na construção do seu projeto de educação por constituir práticas educativas com a condição de garantir o direito à educação como uma política pública e com a intencionalidade de forjar uma educação articulada com a transformação social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Contraditoriamente, como os Movimentos Sociais são produzidos pela sociedade de classe, os sujeitos do campo, ao lutarem pela terra na sociedade brasileira, demarcam que a luta pelo trabalho e pela educação é processo indissociável da luta pela transformação social. O acesso e a permanência na educação escolar caracterizam-se como possibilidade de ampliar a escolarização e a participação dos sujeitos Sem Terra na construção de um projeto alternativo de sociedade. Devido à materialidade da luta e à construção dos processos formativos no interior do MST, estas questões acontecem pela mediação, essencialmente contraditória, entre a educação formal, sob o controle do Estado, e a intencionalidade pedagógica do MST de uma educação emancipatória. A do MST consiste em uma proposta educativa em construção, que busca vivenciar princípios de uma educação comprometida com a transformação social nos limites da sociedade capitalista.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Maria Nalva Rodrigues de. **As contradições e as possibilidades de construção de uma educação emancipatória no contexto do MST**. 2007. 334 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação** (Lei 9.394/96). Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- _____. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básicas nas Escolas do Campo** (Conselho Nacional de Educação – Resolução nº 1 de 03 de abril de 2002). Brasília, DF: 2002.
- _____. **Decreto Nº 7.352, de 4 de novembro de 2010**. Brasília, DF: 2010. p.1-4. Disponível em: <http://www.editoramagister.com/legislação_imprimir.php?id=14306>. Acesso em: 5 nov.2010.
- BRASIL DE FATO. Uma visão popular do Brasil e do mundo. **Pedagogia do MST** – edição especial. São Paulo, ano 4, n. 195, p.1-2, 2006.
- CALDART, Roseli Saete. Elementos para a construção do Projeto Político e Pedagógico da Educação do Campo. In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Cadernos Temáticos: educação do campo**, Curitiba: SEED-PR, 2005. p. 23-34.
- _____. Elementos para a construção do Projeto Político e Pedagógico da Educação do Campo. In: MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo (Orgs.). **Por uma educação do campo: contribuições para a construção de um projeto de educação do campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional “Por Uma Educação do Campo”, 2004. p. 13-52.
- _____. Sobre a educação do campo. In: SANTOS, Clarice Aparecida dos (Org.). **Educação do campo: campo- políticas públicas – educação**. Brasília, DF: INCRA - MDA, 2008. p. 67-86.
- _____. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. In: MOLINA, Mônica Castagna (Org.). **Educação do campo e pesquisa II: questões para reflexão**. Brasília, DF: INCRA – MDA, 2010. p. 103-126.
- CARTER, Miguel (Org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. Tradução de Cristina Yamagami. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 461-478.
- II CONFERÊNCIA NACIONAL POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO. **Por uma política pública de educação do campo**. (Texto base). Luziânia (GO), 2004. 24 f. Digitado.
- DEITOS, Roberto Antonio. Liberalismo educacional: o receituário de Milton Friedman. **Revista Ciências Sociais em Perspectiva**, Universidade Estadual do Paraná – Centro de Ciências Sociais Aplicadas – Campus de Cascavel. Cascavel, PR: Edunioeste, v.6, n. 10, p. 137-147, jan./jun. 2007.
- ESCOLA MILTON SANTOS. **Avaliação**. (Curso Técnico em Agropecuária com ênfase em Agroecologia/ Curso Técnico em Agroecologia – Ensino Médio Integrado). Maringá. 2007. 2 f. Digitado.
- ESCOLA TÉCNICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – ET-UFPR. **Projeto político pedagógico do curso técnico em Agroecologia ensino médio integrado**. Curitiba/ São Miguel do Iguacu-PR, 2007.
- INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Curso técnico em Agroecologia**: Curitiba, 2009. 64 f. Digitado.
- LIMA, Aparecida do Carmo. **Relação escola e comunidade: estratégia metodológica na formação da Turma Karl Marx da Escola Milton Santos do MST/PR**. 99f. 2008. Monografia (Licenciatura em Pedagogia para Educadores do Campo)- Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Francisco Beltrão; Francisco Beltrão (PR), 2008.

- MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MOLINA, Mônica Castagna. A constitucionalidade e justiciabilidade do direito à educação dos povos do campo. In: SANTOS, Clarice Aparecida dos (Org.). **Educação do campo: Campo – políticas públicas – educação**. Brasília, DF: INCRA – MDA; 2008. p. 19-31.
- _____. (Org.). **Educação do campo e pesquisa II: questões para reflexão**. Brasília, DF: INCRA – MDA, 2010.
- MST. Princípios da educação no MST. **Caderno de Educação**, São Paulo, n. 8, 1996.
- _____. **Normas gerais do MST**. (Aprovadas no 10º Encontro Nacional) Belo Horizonte, 2001. p. 1-9.
- _____. **Elementos de avaliação e orientações sobre o PRONERA**. Anápolis, GO, 2009. 3 f. Digitado.
- _____. **Educação do campo**. (Coletivo de Educação). 2010. 4 f. Digitado.
- _____. **Reforma agrária: por um Brasil sem latifúndio! Agroecologia: o futuro em construção (Agroecobiodiversidade)**. [2004?].
- MST/PR. **Todo e toda em terra estudando**. Cartilha sobre a jornada de educação. Curitiba: MST, 2006.
- MUNARIM, Antonio. Elementos para uma política pública de educação do campo. In: MOLINA, Mônica Castagna (Org.). **Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. p. 15-26.
- OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Adriana. Política educacional como política social; uma nova regulação da pobreza. **Perspectiva**, Florianópolis, v.23, n. 2, p. 279-301, jul./dez. 2005. Disponível em: <<http://www.ced.ufsc.br/nucleos/nup/perspectiva.html>>. Acesso em: 14 ago.2009.
- SANTOS, Clarice dos Santos (Org.). **Educação do campo: campo, políticas públicas, educação**. Brasília, DF: INCRA; MDA, 2008.
- TONÁ, Nilciney. **O trabalho como elemento formador nos cursos formais de agroecologia do MST no Paraná**. 81 f. 2006. Monografia (Curso de Especialização em Educação do Campo e Desenvolvimento) – Instituto de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária e Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2006.
- TARDIN, José Maria et al. **ELAA - uma escola camponesa para a emancipação humana**. In: Escola Latino Americana de Agroecologia. **Experiências camponesas de agroecologia**. Curitiba: Imprensa Oficial Governo do Estado do Paraná, 2009. p. 4-11.